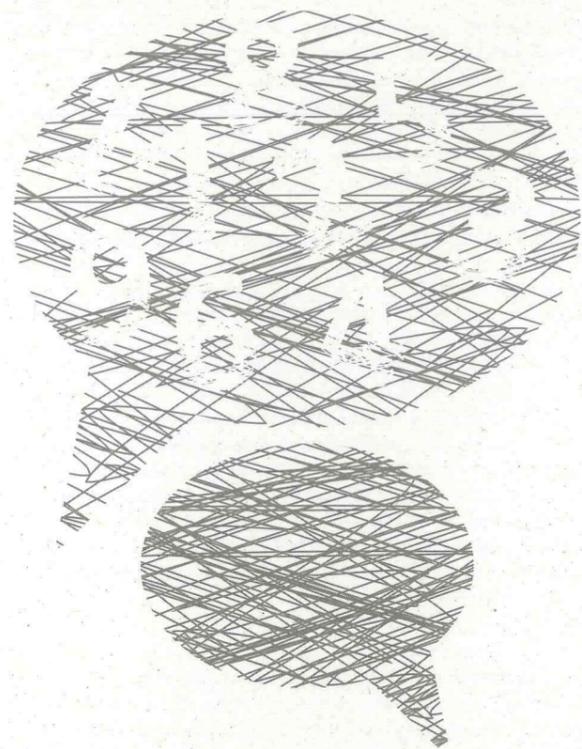


O Orçamento Participativo (OP) visa envolver os cidadãos de um território (e não apenas aqueles que possuem um título formal ou o direito de voto) na tomada de decisões sobre uma parte do orçamento público de uma autarquia. Esta modalidade de participação tem-se tornado hoje no mundo um dos principais instrumentos de inovação nas políticas públicas locais, e visa enfrentar e prevenir a crise de representatividade que afeta muitos governos eleitos, contribuindo ao mesmo tempo para tornar a ação destes mais eficaz e próxima das necessidades dos habitantes. Se a origem do OP remonta principalmente a experiências brasileiras do final dos anos 80 (das quais a da metrópole de Porto Alegre é a mais famosa) este processo já se tem expandido nos 5 continentes, dando origem a mais de 2.500 experiências muito diferenciadas em termos de alcance, volume de recursos e modalidades de organização dos espaços de decisão, que incluem hoje uma mistura entre encontros face-a-face e uso das plataformas digitais (Sintomer et al., 2013).

Face a modelos de OP apelidados de “territoriais” (porque articulados numa divisão do território em subunidades, cada uma das quais tem à disposição um montante de verbas para decisões a tomar coletivamente), existem hoje várias experiências “temáticas” (com vista a envolver os cidadãos na articulação de políticas setoriais) e também outras definidas como “atoriais”, ou seja, centradas em grupos específicos de atores sociais. Entre estas últimas, os orçamentos participativos mais difundidos hoje são os que se dirigem aos cidadãos mais jovens, utilizando metodologias, técnicas e formas de comunicação especiais – que incluem jogos eletrónicos para conhecer melhor o território, prémios para a construção de logotipos, gravações em vídeo, bandas desenhadas para informar sobre dados orçamentais, simulações e jogos de mesa, etc.. Sem dúvida – para além de algumas experiências brasileiras importantes dos anos 90 (como as de Barra Mansa, Recife, Fortaleza e São Paulo na gestão 2001-2004) e de alguns processos recentes em Nova Iorque e Dalifort (Senegal) – o maior número de OPs dedicados a crianças e jovens têm tomado forma na Europa. Hoje, no Velho Continente, a maior experiência é sem dúvida a da região francesa de Poitou Charentes, onde desde 2005 mais de 30.000 estudantes por ano discutem quase 11 milhões de euros destinados aos 93 liceus do território. Uma experiência parecida decorre na região francesa do Nord Pas de Calais, enquanto ao nível municipal se destacam alguns casos em escolas alemãs (nas cidades de Vlotho, Hilden, Rietberg e Wennigsen), na Suécia (Uddevalla, Örebro, Upplands Vasby), na Itália (Colle Val d'Elsa), no Reino Unido (Newcastle Upon Tyne) e em Espanha (Córdoba, Santa Cristina de Aro e Sevilha, sendo que nesta última até 2010 existia um processo separado para os jovens proporem prioridades de investimento mas sem possibilidade de voto por parte destes, sendo que em 2010 eles obtiveram o direito ao voto no OP, a partir dos 10 anos de idade).

Portugal destaca-se hoje como um dos países com mais experiências de orçamento participativo em curso para crianças e/ou jovens. Embora muitas vezes estas experiências tenham volumes limitados de recursos sobre os quais decidir, destacam-se por um crescimento e amadurecimento gradual e progressivo no tempo, e pela atenção com que tratam os objetivos pedagógicos.



«...os orçamentos participativos mais difundidos hoje são os que se dirigem aos cidadãos mais jovens, utilizando metodologias, técnicas e formas de comunicação especiais...»

O mais antigo OP Jovem do país é o do município de São Brás de Alportel (10.600 hab.) no Algarve, que nasceu em 2006 para promover o princípio de que a infância e a adolescência são partes constitutivas da cidadania e o senso cívico dos cidadãos mais jovens deve ser valorizado. Esta experiência manteve-se a única (dentro das portuguesas) de caráter “consultivo”, uma vez que as propostas realizadas podem ser integradas (ou não) no orçamento municipal, de acordo com a opção do executivo camarário. Esta experiência (apoiada pelo projeto nacional “Escolhas”) centra-se nas escolas, sendo os alunos previamente selecionados pelo Agrupamento Escolar por turmas. As propostas podem direcionar-se para a melhoria de infraestruturas e equipamentos, tanto nos estabelecimentos de ensino quanto no restante território concelhio. Também a experiência-piloto lançada pela Câmara de Lisboa em 2011 na escola EB2,3 de Marvila, é um “OP Escolar”, tendo-se direcionado inicialmente a 4 turmas do 8º Ano da escola, que decidiram sobre uma verba de 50.000 euros que foi destinada para a construção de um campo de paintball na freguesia de Marvila, na esperança que este equipamento único pudesse atrair pessoas de outros bairros para uma parte da cidade geralmente olhada com suspeita, perigosa e pouco atrativa. O processo lisboeta – com o apoio da Associação In-LoCo – dedicou muita atenção à formação cívica dos alunos, trabalhando em paralelo os orçamentos familiares e autárquico para tornar mais compreensível o último por parte dos alunos. Esta experiência expandiu-se em 2012 para várias outras escolas (como a escola Básica de Casalinho de Ajuda ou a Escola Secundária Marquês de Pombal) e deu resultados interessantes, sobretudo junto aos alunos do 8º e 9º ano, graças ao apoio das comunidades daqueles territórios, apesar da verba reduzida e do facto de as escolas secundárias estarem sob tutela do Ministério da Educação e a Câmara ter dificuldade em atuar dentro do espaço físico das mesmas.

A terceira experiência portuguesa inovadora foi a da cidade de Trofa (39.000 hab), que desde 2010 dedica 20.000 euros a dois investimentos que os jovens até 30 anos podem propor e votar (sendo uma parte dedicada a intervenções dentro de uma escola do concelho e a outra a ações no território concelhio). Esta experiência – chamada “OPJ” e apoiada pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – é marcada por três principais aspetos inovadores: (1) ter-se evidenciado como um percurso experimental altamente evolutivo, que aprende com os erros e se tornou capaz de multiplicar por 20 o número dos participantes logo a partir do segundo ano; (2) ter saído do âmbito estritamente escolar, e ter-se aberto a participantes jovens que atuam no associativismo local; (3) ter monitorizado todo o processo com questionários aos participantes, para medir o crescimento dos atores e as suas perceções sobre a política. Como características específicas da experiência da Trofa salienta-se esta ter tido origem numa ideia procedente de um grupo de funcionários da Câmara e de ter contado com uma ampla equipa interdisciplinar, que hoje se chama GATOP (Gabinete Técnico de Apoio ao OP Jovem). O GATOP constitui uma grande mais-valia para fazer do OPJ um “motor” para outras iniciativas dirigidas para o envolvimento dos jovens em atividades de alto valor cívico e para importantes momentos de formação permanente dos professores e do associativismo local.

A experiência mais recente em termos de OP jovem é a de Condeixa-a-Nova (ca.17,000 hab.), que em 2012 não trabalhou especificamente com as escolas, mas expandiu a todos os jovens entre 16 e 35 anos a possibilidades de propor e votar investimentos para o território, com um montante máximo de 50.000 euro cada um e de 150.000 euros no total. Os 571 inscritos apresentaram 17 propostas e 1124 foram os votos expressos, que premiaram três propostas vencedoras (a “Remodelação e Arrelvamento do Polidesportivo do Sebala”, a “Construção de um Complexo Desportivo para a Freguesia do Zâmbujal” e a “Requalificação do Pavilhão da Venda da Luísa”). Esta corajosa experiência (a única em Portugal cuja regulamentação será revista em conjunto com os habitantes) representou uma experimentação-piloto que a partir de 2013 abrirá uma segunda linha de votação para todos os cidadãos que vivem, trabalham ou estudam no Concelho, e duplicando o valor inicial destinado ao OP. Nesta linha de ação, o Centro de Estudos Sociais de Coimbra decidiu dar início a um projeto de formação para as escolas de todo o país (no âmbito de um programa chamado “O CES vai a Escola”), para poder realizar simulações de OP junto a turmas de diferentes idades e dar a conhecer este importante instrumento de crescimento cívico e a medir o interesse público para com a sua adoção. A esperança é que no futuro mais autarquias – inclusive aquelas que hoje vêm a participação dos cidadãos nas decisões como uma ameaça ao poder dos eleitos – possam começar a experimentar a partir dos OP jovens, estendendo depois este processo – conforme está já a acontecer em Condeixa-a-Nova.

Referências Bibliográficas

- Allegretti, G. (2010), “History of Spaces as a Pivotal Tool for Planning Practice: Analyzing Fractures and Continuities with Schoolchildren for the Master Plan of Dicomano, Italy”. In: The Proceedings of Spaces of History / Histories of Space: Emerging Approaches to the Study of the Built Environment, College of Environmental Design, UC Berkeley, disponível em: <http://escholarship.org/uc/item/26d5t3x5>
- Allegretti, G. Silva, M. A. L. Freitas, F. (2012) Experiências participativas da juventude em Portugal: reflexões emergentes do caso do OPJ da Trofa. O Público e o Privado. Nº 19. Fortaleza, EduUece.
- Dias, N. (2008), Orçamento Participativo. Animação Cidadã para a Participação Política Poitou; Associação In-LoCo, S-Bras de Alportel/Lisboa
- Livros S. BrasSintomer, Y.; Talpin, J. (2011), La démocratie participative au-delà de la proximité : Le Poitou-Charentes et l'échelle régionale, PU Rennes
- Pecoriello A.L. (2006), La città bambina. Firenze: Masso delle Fate
- Rossini, N (1998), De l'aventure à l'expérience. Des conseils municipaux d'enfants et de jeunes forment-ils de nouveaux acteurs?, Institut National de la Jeunesse et l'Éducation Populaire, Marly-le-Roi, Document de l'Injep, nº36.
- Sintomer, Y.; Herzberg C.; Allegretti, G.; Rocke, A.; Alves M. (2013, no prelo), Aprendendo com o Sul: O Orçamento Participativo no mundo. Um convite à cooperação global, Centro de Serviços 'Community in one World', Giz. Nº 25 do “Diálogo Global” (versão atualizada em 4 línguas).
- Tonucci, F. (2003), Se i bambini dicono: adesso basta!. Torino: Laterza